

Governo propõe nova forma de explorar florestas

O direito de extração de madeira sem ter a posse da terra deverá provocar polêmica com os ambientalistas e as empresas

por Janes Rocha
de Brasília

O governo federal quer instituir uma nova forma de exploração de madeiras na região Amazônica, que promete gerar muita polêmica entre as empresas do setor e os ambientalistas. A Câmara de Recursos Naturais, ligada à Presidência da República, estuda um projeto pelo qual as indústrias serralheiras, fábricas de compensado, indústrias de móveis – pequenas, médias ou grandes e, no futuro, até estrangeiras – ganham o direito de extrair madeira de algumas das chamadas florestas nacionais, mas não a posse da terra.

O modelo é novo. As empresas que quiserem aderir precisarão participar de uma licitação pública para apresentar um Plano de Manejo Sustentado. Esse plano tem, obrigatoriamente, um projeto de extração que atenda a todos os requisitos de preservação ambiental e a previsão de investimentos na infra-estrutura necessária e no inventário da riqueza flo-

restal da região. Exige, ainda, metas de produção que, de um lado, considerem a preservação das espécies nativas e, de outro, não pressionem a oferta de madeira no mercado.

A explicação é do diretor de Recursos Naturais Renováveis do Ibama, Paulo Benincá de Salles, e do diretor de Estudos de Desenvolvimento Sustentado do Ministério do Meio Ambiente, Antonio Carlos do Prado, em entrevista exclusiva a este jornal. A Câmara de Recursos Naturais é subordinada à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, e composta por representantes dos ministérios da Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Reforma Agrária e Ibama.

O plano, inspirado, segundo Benincá, no modelo norte-americano de exploração de madeiras, pretende “tirar da clandestinidade o exército de extratores que não têm terra própria mas abastecem as indústrias” de processamento. Sua abrangência será limitada a 16 florestas, que ocu-



pam uma área de 4,5 milhões de hectares nos estados de Rondônia, Pará e Amazonas (inclusive a área da Cabeça do Cachorro, extremo Noroeste do Brasil). O Brasil tem, no total, 39 florestas nacionais que ocupam seis milhões de hectares. Para se ter uma idéia da extensão, um milhão de hectares significam 10 mil km², ou 10 vezes e meia a região metropolitana de São Paulo.

O piloto do projeto será implanta-

do já no ano que vem, antes da safra florestal que se inicia em abril, na área da reserva de Jamari (RO), segundo Benincá. Com 215 mil hectares, Jamari fica próxima ao município de Ariquemes, centro moveleiro de Rondônia, e a 5 km da BR-264. Foi escolhida por ter uma estrutura fundiária de pequenas propriedades, onde o governo federal já tem amarrado um acordo com o governo do estado, federações das indústrias e sindicatos

de trabalhadores para estabelecer o manejo florestal em três anos.

Além disso o governo já tem pronto o inventário das espécies nativas de Jamari, um documento estratégico, difícil de ser elaborado e muito caro. Segundo Benincá, um bom inventário custa pelo menos US\$ 800 por hectare.

As outras áreas, consideradas pelo governo como de posição estratégica, e que vão entrar no sistema de licitação de florestas são: Bom Futuro (RO), 280 mil ha; Floresta Nacional de Tapajós (Santarém, PA), 680 mil ha; Floresta Nacional de Teffé (AM), 800 mil ha; Floresta Nacional do Caxuanã (Breves, PA), 400 mil ha.

Segundo Benincá, o projeto em estudo na Câmara de Recursos Naturais se apóia, legalmente, no Decreto 1.282/94 que regulamenta o Artigo 15 do Código Florestal e regula a exploração florestal na Bacia Amazônica e na Portaria 048/94 do Ibama que dá forma técnica ao manejo florestal como atividade empresarial.

Cético quanto ao futuro da iniciativa, o professor Aziz Ab'Sáber, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), questiona, em primeiro lugar, a capacidade das empresas de fazer o inventário das espécies ou estudos de biodiversidade. “Qualquer empresa pode fazer uma simples verificação das árvores. Mas um estudo de biodiversidade bem feito é caro, demorado e só cientistas fazem. Não existe gente para fazer isso no Ibama”, alerta.

Ab'Sáber recebeu na semana passada um prêmio da Iuppa, instituição alemã que promove estudos de preservação ambiental a nível mundial, pelo Projeto Floram. Idealizado por ele e os estudiosos Werner Zulaif e Leopold Ródes, o projeto Floram foi feito em 1988 e coloca uma alternativa de exploração florestal que é limitar a área de exploração, quanto maior a propriedade. “Que leis o governo tem para exigir que o pessoal que corta plante árvores da mesma espécie?”, questiona Ab'Sáber.